



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
www.cecs.uminho.pt

**A televisão e a família:
cruzamento de dois campos movediços ***

Manuel Pinto

Professor Associado

mpinto@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

* PINTO, M. (2004) "A televisão e a família: cruzamento de dois campos movediços" In Revista COMUNICAR, nº 24, Revista Científica Iberoamericana de Comunicación y Educación . Huelva: Grupo Comunicar, España.

A televisão e a família: cruzamento de dois campos movediços

Manuel Pinto*

Se continua a ser verdade que a relação com a televisão é predominantemente uma experiência que ocorre no espaço doméstico, a pergunta que se impõe é a de procurar saber como acontece tal experiência e de que modo a televisão marca os tempos, os espaços e as relações nas famílias.

Colocando o problema da relação entre o meio televisivo e a vida familiar de uma forma genérica, haveria que considerar pelo menos três dimensões:

- *a família na televisão*, incluindo neste âmbito os modos diferenciados como a família se converte em objecto de representação, tanto na informação como, talvez, sobretudo, no entretenimento e na publicidade;
- *a televisão na família*, compreendendo aspectos que vão da “topografia” do(s) receptores na habitação, as práticas em torno da televisão, os comportamentos e atitudes com ela relacionados;
- e, finalmente, *a família face à televisão*, um tópico que procura enfatizar uma perspectiva centrada nas possibilidades de acção e de intervenção a partir da família e dos seus membros.

Neste texto darei especial destaque às duas últimas vertentes, mais relacionadas com os estudos que tenho feito e acompanhado.

Em todo o caso, convém frisar, desde o início, que é necessária alguma cautela com os conceitos e com as generalizações apressadas. Em nome de uma visão mitificada e nostálgica da família, podemos correr o risco de ignorar a realidade plural e diversificada que caracteriza hoje as experiências familiares, e que passam por situações como a presença ou ausência de filhos e o respectivo número, coabitação de duas ou mais gerações, tipo de habitação e local de residência, ofertas e acessibilidades sócio-educativas e culturais, famílias monoparentais e suas características, etc. Do mesmo modo, regista-se também, nas últimas duas décadas, uma transformação significativa naquilo que foi outrora uma realidade bastante linear e que dava (e dá) pelo nome de televisão. De facto, o cabo e o satélite ampliaram drástica, embora desigualmente, as fronteiras e os horizontes da primitiva televisão hertziana – em número e diversidade de canais e também no modo de a eles aceder. Por outro lado, a convergência de tecnologias e a multiplicação de periféricos tornou o uso do monitor de televisão bastante distinto dos primeiros tempos das emissões televisivas. De modo que se torna necessário precisar sempre do que falamos quando falamos de televisão.

1. Mudanças na família

Apesar das grandes transformações que tem conhecido nas últimas décadas, a

* Professor Associado da Universidade do Minho e director do curso de mestrado em ciências da comunicação (áreas de especialização de “Informação e Jornalismo” e “Comunicação, Cidadania e Educação”).

família continua a ser uma referência e um “elemento fundamental” da sociedade. É, em grande medida, no seu seio que a maior parte das pessoas nasce e cresce, que recebe os primeiros carinhos, que aprende a viver com outros diferentes de si; que aprende a ouvir e a falar e, por essa via, a dizer o que pensa e sente. É a partir dessa base de afectos, de relações e de iniciativa que cada um toma contacto com o mundo envolvente e se vai apercebendo que dele é produto e parte activa. Em vários estudos os valores perfilhados pelas pessoas¹, a família surge como o valor mais importante ou um dos mais importantes e uma grande maioria considera que uma criança precisa de ter em casa um pai e uma mãe para ter uma infância feliz.

Exactamente porque é uma experiência tão básica e fundamental, mas ao mesmo tempo sacudida, ao longo das últimas décadas, por mudanças profundas, não admira que a família seja objecto de discursos diversos e até contraditórios. Uns pretendem defendê-la, fazendo dela uma realidade uniforme e imutável, assim a convertendo numa realidade mitificada. Outros sonharam ou sonham com a sua diluição, em favor de formas ditas mais avançadas de vida social. Agente e expressão das mudanças sociais, a instituição familiar tem vindo a afirmar-se como uma realidade plural nas formas concretas da sua existência e desenvolvimento.

A urbanização e difusão de estilos de vida urbanos; o questionamento de uma ideologia autoritária e patriarcal; a crescente entrada da população feminina no mercado de trabalho; a difusão do ideal igualitário relativamente aos direitos e deveres de homens e mulheres; e a dissociação entre as relações sexuais e a procriação, com a difusão dos métodos anticonceptivos são factores habitualmente convocados para ajudar a compreender as transformações ocorridas ou em curso na instituição familiar.

Pode, pois dizer-se que as mudanças que têm vindo a afectar a família ocorrem no cruzamento de factores culturais (movimentos feministas; maior aceitação da separação e do divórcio); factores económico-políticos (profissionalização; implementação de políticas familiares); factores médico-científicos (programas de saúde materno-infantil; difusão da pílula anticoncepcional); factores tecnológicos (transportes; electrodomésticos, etc.).

Algumas consequências apontam para (ou expressam-se em) fenómenos tais como a forte diminuição da taxa de natalidade, acentuada redução da taxa de mortalidade infantil, clara diminuição do número de filhos e de famílias numerosas e crescimento significativo dos divórcios e dos filhos nascidos fora do casamento.

A estas tendências há que acrescentar outros factores como a crescente escolarização da população; redução gradual do analfabetismo literal e um crescimento acentuado da frequência do ensino superior por parte da faixa etária respectiva, mas com saliência das mulheres; movimento gradual, mas consistente, de abandono do campo e da vida rural, com toda a panóplia de redes e relações que lhes estavam associadas; crescente concentração em meios urbanos, com

¹ Cf, por exemplo: *Les Valeurs des Européens. Les tendances de long terme*. Sous la direction de Pierre Bréchon et Jean-François Tchernia, *Futuribles*, N°277, juillet-août 2002.

eventual acesso a outro tipo de oportunidades (em termos de trabalho, por exemplo), mas não necessariamente com melhores condições de vida.

Todos estes elementos não são certamente suficientes para abarcar o leque de transformações das últimas décadas, até porque as culturas, as tradições e os recursos dos diferentes países e regiões são distintos. Mas permitem compreender a pluralidade de situações e de contextos em que a vida familiar passa a existir.

A vida familiar é condicionada tanto por factores internos como também externos. O emprego (ou a falta dele) é certamente um deles, gerando situações de maior ou menor estabilidade, maior ou menor grau de satisfação e de absorção. As características e localização da habitação são outro: determinam muitas das rotinas da vida quotidiana e aspectos decisivos da qualidade de vida, como o acesso a equipamentos sociais e culturais, além de pesarem enormemente no tempo e na qualidade da relação com os filhos. Por exemplo, uma família que habite nos arredores de um grande centro urbano que necessite de uma ou duas horas para chegar ao emprego e outras tantas para regressar a casa, tendo, pelo caminho, de ir colocar os filhos em instituições educativas ou em casa de familiares encontra-se numa situação completamente diferente de uma outra que habite na zona em que trabalha. Os ritmos e as exigências da vida quotidiana tornam-se, por vezes, de tal modo 'stressantes' que os membros do agregado familiar chegam a casa já exaustos, quando há ainda tanta coisa para fazer.

Neste ponto, é importante sublinhar que a reivindicação feminina (e não só) de uma partilha das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos está ainda muito longe de se traduzir na prática, apesar de se terem registado progressos significativos, pelo menos em certos meios sociais e culturais. Quando as mulheres têm uma ocupação profissional, elas são por vezes, duplamente penalizadas, num quadro social em que o trabalho doméstico - pela sua natureza invisível - permanece desconsiderado. Nesta matéria, os dados fornecidos pelos serviços oficiais de estatística são frequentemente enganadores, uma vez que as médias escondem grandes assimetrias do ponto de vista da distribuição por sexos. O caso dos trabalhos domésticos e dos cuidados com a família é um deles. A verdade é que o tempo se torna, nas famílias modernas, um bem cada vez mais escasso: seja porque o trabalho absorve em excesso para lá do razoável, seja porque a vida de casa exige dedicação, é por vezes mais fácil sentar os filhos pequenos diante do aparelho de televisão, da consola de jogos video ou do ecrã de computador do que estar com eles. O sentimento de impotência ou de culpabilidade leva muitos pais a compensar em brinquedos ou em dinheiro a falta de tempo que têm para os seus filhos.

2. As crianças, essas desconhecidas

Na História do mundo ocidental, as crianças foram objecto de atitudes e comportamentos que conheceram expressões diversas, ao longo do tempo. Conhecemos práticas de abandono de recém-nascidos, práticas de entrega dos filhos a outros para que cuidassem deles e os criassem. Isto não quer dizer que

outrora não se desse atenção e carinho e não se prestasse os cuidados devidos às crianças: o que acontecia era que, pelo seu número, pelos elevadíssimos índices de mortalidade, o investimento em cada uma delas e na sua trajetória de vida não assumia o relevo que no século XX passou a ter.

Aquilo a que nós chamamos hoje infância, enquanto período longo, que é, em grande medida, ocupado com a escolaridade e a aquisição de aprendizagens várias, parece ser algo que tem poucos séculos de existência.

O modo de considerar e entender a criança e o seu desenvolvimento em ordem à vida adulta e à plena cidadania tem variado bastante e continua a ser objecto de concepções muito diversas. Há quem veja a criança como uma espécie de folha em branco ou de tábua de cera em que os pais, primeiro, e a sociedade mais vasta, depois, vão gradualmente gravando conhecimentos, valores, comportamentos e sentimentos. De uma atitude essencialmente receptiva e passiva, os indivíduos iriam, desse modo, adquirindo as competências e as ferramentas para se tornarem autónomos.

Uma perspectiva bastante diferente é a que, não negando o importante e decisivo papel dos adultos, sublinha o papel activo que a criança assume ou deve assumir no seu processo de descoberta do mundo e dos outros e, por essa via, de si própria. E, também, a importância de, na educação, se reconhecer e valorizar as competências que a criança já possui.

No primeiro caso, o indivíduo é entendido essencialmente como produto da sociedade, isto é, considera-se prioritariamente aquilo que (ainda) lhe falta; no segundo caso, considera-se que ele não é apenas produto, mas também produtor, ou seja, valoriza-se aquilo que (já) é ou (já) consegue ser.

São, ao fim e ao cabo, dois modos complementares de ver a mesma realidade, um pouco como a história do copo com água até meio, que uns vêem como meio cheio e outros como meio vazio. No entanto, uma e outra visões podem ter consequências diferentes, no que diz respeito às orientações a adoptar na educação e na socialização, se forem adoptadas de forma exclusiva. Explicando melhor: se eu vejo a criança como incompetente ou deficitária, tenderei a colocar os adultos como centro do processo socializador, lugar onde tem sede uma espécie de programação cultural que deve ser transferida para o mundo infantil. Pelo contrário, se eu reconheço que a criança, ao seu nível e a seu modo é um ser (relativa e progressivamente) competente, procurarei, sem abdicar do papel dos adultos, reconhecer e valorizar essas competências, partir delas para fazer um caminho em que os mais pequenos recebem, mas também dão.

Um vasto conjunto de estudos realizados nas últimas décadas tem chamado a atenção para a importância das redes de colegas e amigos e dos grupos de vizinhança na vida e no crescimento das crianças. As trocas e relações que nesses âmbitos se estabelecem; as solidariedades e rivalidades que se geram; a assunção de papéis e os fenómenos de liderança que ocorrem fazem de tais tempos e de tais espaços dimensões vitais da descoberta própria e do mundo envolvente. São contextos e oportunidades geridos e construídos em grande medida pelas próprias crianças, libertas, tanto quanto é possível, dos programas e

dos projectos dos adultos, nos quais se pode aprofundar e desenvolver a imaginação, a capacidade de relação, a amizade e a solidariedade.

Apesar do reconhecimento da importância de tais redes e de tais oportunidades, a verdade é que as condições de habitação de muitas famílias, as possibilidades e ritmos de vida de muitos pais e a falta de visão e de sensibilidade dos agentes políticos para desenvolverem espaços e tempos em que as crianças possam estar entregues a si próprias em segurança faz com que a vida de um grande número de crianças seja marcado ou por uma excessiva programação ou por um inaceitável abandono ou isolamento.

Se analisarmos o texto da Convenção dos Direitos da Criança aprovado pela ONU em 1989 – e que é lei nos Estados que a ratificaram² - vemos que são ali propostos e estabelecidos direitos de três tipos: direitos de *protecção*, em ordem a impedir o que as pode lesar; direitos de *provisão*, em ordem a proporcionar o que lhes faz falta; e direitos de *participação*, em ordem a promover e acolher a escuta da sua voz nos assuntos que lhes dizem directamente respeito.

Apesar dos enormes problemas que ainda afectam a infância, no plano mundial, há que reconhecer os enormes progressos que já foram e continuam a ser feitos relativamente aos dois primeiros tipos de direitos. Isto não impede, no entanto, que sejam precisamente as crianças o grupo social mais afectado pelas situações de pobreza e de guerra e que tenham vindo a surgir novas formas de exploração e violência contra elas (veja-se as redes de prostituição infantil ligada ao turismo sexual; a incidência da contaminação de crianças pelo vírus da sida; ou o crescimento dos meninos de rua, em alguns grandes metrópoles em especial do Terceiro Mundo). E também não nos pode impedir de reconhecer a insuficiência enorme em que nos encontramos relativamente aos direitos de participação (cf. art. 12, 13 e 17 da Convenção).

Esta terceira família de direitos, que constitui uma novidade e que configura todo um programa de acção para a família e a escola, nomeadamente, constitui já preocupação de muitos educadores, mas está longe de ser uma sensibilidade geral³.

Colocar a ênfase nos direitos da criança, e nomeadamente nos direitos de participação, é entendido por alguns como um possível caminho para o laxismo e a abdicação do papel que os adultos, pais e professores, deveriam ter ou ainda para reforçar uma certa cultura infantilizante que endeusaria as crianças, convertendo-as, em certos casos, em pequenos tiranos. É verdade que, na ânsia de criar empatia com as gerações mais novas, se confundiu, por vezes, proximidade e esforço de comunicação com um certo tipo de companheirismo e de assimilação que fizeram do adulto um igual, alguém que não se assume como adulto, ou seja, uma outra criança.

O que têm sido as concepções dominantes de educação desde os anos 60 do

² Até ao presente, todos os estados do mundo ratificaram a Convenção, com excepção de dois países: a Somália e ... os Estados Unidos da América.

³ Cf. M. Pinto e M. Sarmento (1997).

século passado até hoje necessita de profunda análise. Mas é preciso dizer que a adultez não é incompatível com o reconhecimento da dignidade, do lugar e da voz própria dos mais pequenos. De resto, continuo a pensar que o problema mais grave de muitas crianças, hoje em dia, reside no facto de não terem tempo nem condições para serem crianças.

A título de exemplo, num estudo que realizei em meados dos anos 90, com crianças de 8-11 anos de diferentes áreas do distrito de Braga (Portugal), uma boa parte delas era obrigada a um tal ritmo no seu dia-a-dia, que mais pareciam os executivos de uma grande empresa. Muitas delas, residentes nos arredores das cidades, levantavam-se pelas 7 horas, eram deixadas à porta da escola pelas 8.15, saíam da escola pouco depois das 13, iam para um 'colégio' (que era, ao fim de contas, uma espécie de centro de ocupação de 'tempos livres'), onde, além de almoçarem e lancharem, brincavam, faziam os deveres, frequentavam uma língua estrangeira, praticavam desporto, iniciavam-se no ballet ou na música, tudo com horário bem cronometrado, o qual se prolongava até às 18 ou mesmo 19 horas, quando os pais os vinham recolher.

É certo que este retrato revela, em todo o caso, um esforço dos pais no sentido de resolver da melhor maneira um problema que para muitas famílias é dramático - a enorme desarticulação que existe entre os horários das escolas e os horários do trabalho profissional. Neste cenário, os filhos não ficam desacompanhados e, por outro lado, frequentam actividades complementares da formação escolar, que lhes podem ser de grande importância no futuro. Mas falta-lhes o tempo autogerido, a brincadeira autónoma, o contacto não programado com os espaços da natureza.

Um quadro substancialmente distinto é o das crianças que ficam em casa, muitas vezes sozinhas, ou à guarda de irmãos mais velhos ou sob a distante supervisão de algum vizinho, que têm de se responsabilizar pela refeição e pelo horário de ir para a escola, a quem são confiadas tarefas domésticas, dentro e/ou fora de casa, por vezes bem exigentes e pesadas. Há, nestes contextos, a desvantagem de uma aprendizagem confinada a uma banda mais estreita, que é contrabalançada por uma maior responsabilização da criança e por tempos - incluindo brincadeiras - mais decididos e organizados por ela.

É certo que vários destes aspectos adquirem importância diversa conforme a idade e a densidade das relações com outros adultos significativos (avós, vizinhos próximos, etc.). Mas é um facto que um grande número de crianças acaba por ser sobretudo vítima de impossibilidades, desigualdades e irresponsabilidades do mundo dos adultos.

3 Televisão, negócio e cidadania

As crianças e adolescentes de hoje deparam com um mundo todo ele "composto de mudança", como diz o soneto do poeta Luís de Camões, mas há aspectos que, de tão integrados e embebidos no quotidiano, mais parece sempre terem existido. Não será assim, por exemplo, com a Internet, que começaram a ver implantar-se e difundir-se, em crescimento exponencial, na segunda metade dos anos 90. Mas talvez já seja assim com a televisão. Muitos terão uma mais que vaga noção de

que quarenta anos atrás, quando os seus pais eram jovens, esse pequeno electrodoméstico, que ocupa hoje um lugar central e polarizador de atenções nas nossas casas, era ainda objecto raro e motivo de curiosidade e de receios.

Nessa altura, havia frequentemente um único canal, a funcionar a preto e branco, durante algumas horas por dia, com as emissões frequentemente interrompidas por deficiências das redes de transmissão. Os receptores de TV tinham designs que hoje nos parecem pré-históricos e havia pessoas, sobretudo mais idosas, que acreditavam que os apresentadores das notícias e dos espectáculos as conseguiam ver, quando surgiam no ecrã. Mais ainda: em países não democráticos, como Portugal, as emissões - e não apenas as notícias - eram objecto de uma apertada censura que zelava por que não se difundissem ofensas aos 'bons costumes' e aos valores oficialmente defendidos. O contraste com os nossos dias é flagrante.

As sucessivas inovações técnicas e a produção em massa levam ao abaixamento do custo dos televisores, o qual, aliado ao crescimento da oferta de canais e à melhoria do poder aquisitivo das famílias, incentivou a multiplicação de receptores no lar.

Se no domínio das tecnologias, das ofertas e do quadro político-legislativo (nomeadamente com a desregulamentação e a expansão da TV comercial) muito mudou, nos últimos 20 anos, o mesmo aconteceu no domínio do uso e consumo televisivos. Vão longe os tempos em que ver televisão constituía uma forma de encontro e de convívio, ao serão, reunindo por vezes não apenas os membros do agregado familiar, mas também amigos e vizinhos! Ou os tempos em que os cafés e as tabernas eram sítios privilegiados (para os homens) para ver determinados programas, sobretudo as grandes transmissões de desafios de futebol!

A generalização do acesso à televisão, aliada à vulgarização do consumo, levou a uma primeira privatização do uso da TV, aquela que consistiu na sua confinação ao espaço doméstico, consumida predominantemente por membros da mesma família. Uma segunda privatização, mais recente, decorreu da multiplicação dos pontos de consumo, pela existência de mais de um aparelho em casa. A presença de um segundo receptor de TV (e por vezes mais), sendo a via mais fácil para evitar conflitos de preferências ou simplesmente para ver televisão com mais comodidade, levou a que a sala de estar (ou a cozinha) tenha deixado de ser, num número elevado de casos, o espaço de encontro e de interacção, que o visionamento dos programas televisivos apesar de tudo proporciona.

Muitos analistas têm sublinhado que o aumento da oferta televisiva, quer em termos de número de canais disponíveis, quer em termos de horas de emissão, está longe de significar automaticamente um aumento da diversidade e das possibilidades de escolha. Apesar de esta observação se referir sobretudo aos grandes canais generalistas, que tendem a copiar-se uns aos outros, é verdade que, de um modo geral, o horário nobre se empobreceu, ao tornar-se demasiado parecido entre os diferentes canais. Como se tem dito, passamos a ter 'mais do mesmo'. Isto não significa que não haja programas de grande qualidade, mesmo nos canais generalistas; o que acontece é que eles são recambiados para horários

impraticáveis para a maioria das pessoas.

A questão da qualidade, sendo recorrente nos debates sobre a televisão e, em geral, a cultura de massas, é, no entanto, uma questão complexa. Acontece com este conceito o que escreveu Santo Agostinho sobre o tempo: todos têm uma noção do que seja, mas quando temos de a definir, as palavras como que se esvaem. Todos a defendem, mas são poucos os que explicitam a partir de que critérios formulam os seus juízos acerca daquilo que, alegadamente, tem ou não tem qualidade. A referência da cultura erudita continua a pesar muito nestas apreciações. Mas é necessário considerar que a qualidade não é inerente a determinado género televisivo, mas deve ser formulada tendo em conta os critérios específicos de cada género. Não é razoável que um grupo social ou cultural particular erija os seus padrões de gosto em norma geral e procure impor aos outros o que considera merecedor de atenção. Mas há que reconhecer que, entre o elitismo e a demagogia, a via é árida e estreita. Em todo o caso, apercebemo-nos da qualidade quando um programa deixa a sensação de que contém muito mais do que aquilo que, num primeiro contacto, conseguimos captar dele; que é inovador ou original nas soluções que encontra; que é capaz de interessar diferentes tipos de público, isto é, que admite diversos níveis de significação; que enriquece emocional e cognitivamente e alarga os horizontes de quem o vê.

A experiência tem mostrado que, quando o mercado comanda a lógica da programação televisiva, as soluções adoptadas tendem a ser as menos dispendiosas e as que recorrem aos códigos mais elementares, assentes no menor denominador comum. O objectivo primeiro é produzir audiência o mais ampla possível, para a 'embrulhar' e vender aos anunciantes. É um negócio que olha os telespectadores como reais ou potenciais clientes, cuja fidelização é necessário salvaguardar.

O investimento na maximização das audiências é legítimo, mas é reconhecido, de um modo geral que não pode ser o único critério prioritário. Os telespectadores são consumidores, reais ou potenciais, mas são antes disso, pessoas situadas em redes de sociabilidade e em contextos sociais, com problemas e necessidades, interesses e identidades diferenciados, que se movem por diferentes razões, partilhando ou não sonhos e valores, em busca de uma vida com sentido. Não são uma mera clientela seduzida ou a aliciar: são cidadãos que tomam consciência do seu lugar no mundo e que são chamados à participação na vida colectiva. Merecem, por isso, que a oferta televisiva acolha e reconheça esta pluralidade de situações e de posições sociais, não apenas como oportunidade de negócio, mas como serviço à colectividade.

O acordar da sociedade civil para o problema da televisão, incluindo as associações de consumidores, de telespectadores, mas também as escolas, as comunidades religiosas, os centros de investigação, as instituições de animação e produção cultural – pode desempenhar um papel mais relevante no aplauso e na crítica à acção dos operadores televisivos.

4. A televisão, uma (problemática) experiência familiar

A televisão é um assunto de família. Desde logo porque é lá que ocorre o grosso do consumo, quer de adultos quer de crianças. Mas ela é uma questão da e na família porque se foi convertendo num factor de estruturação do tempo e até dos espaços familiares.

A multiplicação de aparelhos receptores conduz a uma perda progressiva da centralidade da sala de estar (e, em alguns meios, da cozinha), passando a ganhar realce outros espaços da casa, nomeadamente os quartos dos pais e das crianças.

Esta modificação de fundo permitiu resolver porventura conflitos e tensões que inevitavelmente surgiam no tempo do aparelho único quanto a matérias como ligar ou não ligar o televisor, o programa ou canal a seguir, o volume do som e o controlo do telecomando (terrenos de expressão e gestão do “poder” face à televisão). Em contrapartida, perdeu-se a interacção e a conversa que acabavam por acontecer quando a família ou parte dela se reunia para ver televisão.

Não deixa de ser curioso que se possa agora considerar que ver TV em conjunto possa ser motivo de encontro e de enriquecimento mútuo, quando precisamente uma das críticas que era comum escutar-se contra a televisão centrava-se no facto de ela comprometer o diálogo familiar.

Os factores que influenciam no consumo de TV são muitos e de natureza diferente. Há os que se prendem com a oferta dos canais e os que se ligam aos mundos e contextos dos telespectadores. No primeiro caso, pesa, por exemplo, a imagem e o conhecimento que se tem de um determinado canal: o tipo de programas que costuma emitir, o grau de satisfação ou de interesse que eles suscitam, etc. Quanto aos factores contextuais, eles podem ter a ver com os valores, ideologias e gostos de cada qual ou dos respectivo agregado familiar, com os estilos de vida, com a existência e acessibilidade de actividades alternativas, com a disponibilidade existente conforme as horas do dia, os dias da semana, e as alturas do ano, com as condições atmosféricas, etc. Há ainda outros factores, menos conjunturais, que entram aqui em jogo e que dizem respeito à posição de cada pessoa no ciclo de vida.

As práticas efectivas de consumo articulam-se de perto com os estilos de vida. Por estilos de vida podemos entender, na esteira de Bourdieu ou Giddens, os padrões que orientam e estruturam as nossas preferências e as nossas escolhas e que ficam a dever-se, em boa medida, ao ambiente em que crescemos.

No caso da relação entre a televisão e as crianças, podemos admitir que os valores que presidem à educação dos filhos levem os pais a utilizar de diferentes modos a TV. Com base em estudos desenvolvidos noutras paragens, eu próprio procurei saber, por exemplo, se a decisão de ver televisão entre crianças em idade escolar de diferentes meios sócio-económicos do distrito de Braga era tomada livremente pelas próprias crianças, se eram os

pais que decidiam por elas ou se essa decisão era tomada através do diálogo entre os dois lados implicados. Cada um destes comportamentos habituais foi aqui tomado como indicador de um estilo de educação: liberal ou “deixa-correr” no primeiro caso, mais autoritária no segundo e mais dialogante ou, se preferirmos, democrática, no terceiro. Os resultados (que indiciam as percepções das crianças) sugeriram que o estilo democrático era o menos praticado e que os outros dois se encontravam em posição relativamente equilibrada entre si.

Sabemos muito bem, no entanto, que com frequência, as condições concretas da vida e dos ritmos da família não permitem levar à prática os valores e atitudes que acharíamos preferíveis. Uma das maiores dificuldades consiste em articular os horários dos diferentes membros da família, de modo a poder concretizar o acompanhamento que julgaríamos desejável à vida familiar e aos filhos. As distâncias, as dificuldades de transportes, as condições impostas nos empregos, a sobrevalorização do trabalho convertem a vida quotidiana, para muitas famílias, num quebra-cabeças que deixa inevitavelmente marcas, por vezes profundas. As mudanças nos modelos e tipos de família e a desigualdade entre sexos que prevalece na assunção das diferentes tipos de tarefas domésticas podem ser factores que agravam ainda mais um quadro já de si com tonalidades bastante sombrias.

O resultado deste diverso tipo de factores é que muitas crianças passam uma parte do dia cada vez mais sozinhas em casa ou com irmãos (mais velhos ou mais novos), enquanto muitas outras fazem a experiência de quotidianos super-ocupados, justamente como estratégia que pode ter tanto de investimento numa superior qualificação por parte dos pais como de recurso para fazer face aos desencontros e vazios dos horários dos diversos membros do agregado familiar.

A televisão surge, neste contexto, como um recurso acessível, fácil e atractivo. Desperta interesse desde praticamente os primeiros meses de vida, povoa o universo infantil de histórias (a ponto de lhe chamarem avózinha electrónica) e, sobretudo, mantém as crianças ocupadas e afastadas de perigos que a rua hoje comporta, designadamente em meios urbanos (daí chamarem-lhe também *baby-sitter*).

Por conseguinte, a televisão torna-se, na realidade da vida quotidiana, a solução mais viável e interessante para ocupar as crianças, precisamente a mesma televisão que é acusada tantas vezes de exercer uma influência nefasta sobre os mais pequenos.

5. A família perante a televisão: que fazer?

Existe um acervo significativo de experiências e de materiais de apoio aos pais e educadores que querem fazer da televisão um objecto de cuidado. Deixando de lado a indiferença, que pela sua própria natureza, é despreocupada, penso que não vale a pena seguir os caminhos do encantamento ou do pânico. São vias que não ajudam a ver os problemas: apenas permitem deitar sobre eles

mantos de opacidade.

Julgo, por outro lado, que não há receitas universalmente válidas para agir. Cada caso é um caso, com as suas circunstâncias próprias, os seus recursos disponíveis, a sua história específica. Mas isso não significa que não haja linhas de acção que merecem ser examinadas e, eventualmente, adoptadas e traduzidas em iniciativa.

O ponto de partida pode colocar-se deste modo: a televisão é problema? Merece cuidado? Podemos agir face a esse problema? De que modo?

Um primeiro passo é aplicar à televisão critérios que usamos noutros terrenos. Por exemplo: se tivermos em casa comida que achamos estar estragada, não comemos, livramo-nos dela. Também não nos dá para comer tudo o que houver em casa: escolhemos o que comer em cada dia, procurando uma dieta equilibrada. O mesmo se pode aplicar no nosso caso. É necessário criar uma “dieta televisiva”. Com este pormenor não pouco importante: a televisão é apenas um ingrediente dessa dieta; não pode ser o único. Se não, há o risco de fazer mal, por excesso de dose, por insistência no mesmo tipo de prato.

Outro ponto importante consiste em fazer da televisão tema de conversa e de reflexão. Não apenas para falar e comentar os programas que emite (o que pode ser bom e razoável) mas para falar sobre a própria televisão, o que ela é ou poderia ser, a diversidade que há ou não há, as horas e as estratégias de programação, o que oferece para os diferentes grupos sociais e etários, etc. É muito importante que a televisão se converta em tema de conversa, na família, entre vizinhos e amigos, em grupos e associações. É igualmente importante dar espaço a que os mais pequenos expressem os seus pontos de vista, gostos e sentimentos e se reflita sobre eles.

Um terceiro campo a merecer atenção refere-se à informação. Para escolher e para definir um conjunto de regras é preciso estar informado do que está previsto nos vários canais, e não apenas nos hertzianos. Fazer um calendário de visionamentos, discutido em família, pode ser um passo interessante para tornar o consumo de televisão mais decidido e menos passivo.

Sou dos que defendo que é importante que os pais (ou outros adultos significativos) se sentem ao lado das crianças, sobretudo quando são muito pequenas) a ver os programas que elas apreciam. Mas não sou defensor de que os adultos devam interromper a experiência de visionamento com perguntas pretensamente educativas. É necessário respeitar a intensidade da experiência emocional das crianças e aguardar pela oportunidade adequada de voltar ao assunto.

Finalmente, há níveis mais avançados que permitirão aprofundar aquilo que se tem vindo a designar por alfabetização mediática ou educação para os media, que exige um trabalho mais sistemático para adquirir instrumentos e competências específicas nestas áreas. Aprender a linguagem e a gramática da imagem; desenvolver competências expressivas e comunicativas; aprofundar os critérios e o modo como os media constroem a sua programação ou produção jornalística já pode necessitar de cursos específicos e do concurso de especialistas.

Importa ter presente a dimensão política que encerra a análise da relação entre a televisão e a família: política no sentido de um assunto de interesse público, em que importa que os cidadãos e as suas organizações intervenham e participem.

Nesta linha, será útil referenciar duas vertentes de acção que importa explorar, quando se trata de intervir politicamente neste domínio. Um deles diz respeito à exigência de prestação de contas por parte dos media, relativamente ao modo como assumem as suas responsabilidades e compromissos com os cidadãos. As várias formas de “media accountability” implicam aspectos legais, éticos e deontológicos e englobam modalidades de regulação, co-regulação e auto-regulação.

A outra forma, especialmente relevante, é aquela que poderia ser designada por “escrutínio público dos media” e refere-se a todas as vias possíveis pelas quais os cidadãos tomam consciência dos seus direitos e responsabilidades face aos meios de comunicação social e se assumem como parceiros activos de um processo mais amplo de acompanhamento e análise críticos, de vigilância, de pressão, de crítica e de proposta.

No terreno particular a que este texto se refere, as iniciativas e movimentações das famílias face aos media, quer as famílias individualmente consideradas quer através das suas associações, de movimentos de consumidores ou de associações de telespectadores, por exemplo, podem ter um papel relevante. O exercício da cidadania encontra, hoje, no campo dos media um terreno de eleição.

Bibliografia:

Bréchon, P. ; Tchernia, J.-F.(dir.)(2002) « Les Valeurs des Européens. Les tendances de long terme ». *Futuribles*, nº277, Julho-Agosto.

Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989 (disponível em: <http://boes.org/un/porun-b.html>)

Children's Rights and Media: Guidelines and Principles for Reporting on Issues Involving Children (texto acessível no site da FIJ, em www.ifj.org/working/issues/children/guidelines.html).

Pinto, M. (2000) *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Porto: Edições Afrontamento.

Pinto, M.; Sarmiento, M. (coord.) (1997) *As Crianças – Contextos e Identidades*. Braga: CESC-Universidade do Minho.

Setton, M. G. J. (2002) *Família, escola e mídia: um campo com novas configurações*. *Educ. Pesqui.*, jan./jun. 2002, vol.28, no.1, p.107-116. ISSN 1517-9702. (acessível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11659.pdf>)

(Parte deste texto constitui uma versão reformulada do livro do autor, intitulado *Televisão, Família e Escola – Pistas para a Acção*. Editorial Presença, 2002).